

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Bacharelado em Ciências Contábeis

Iully Stephane Caetano de Souza

UMA BREVE TRAJETÓRIA DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NO BRASIL

Brasília
2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor José Antonio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Iully Stephane Caetano de Souza

UMA BREVE TRAJETÓRIA DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Diana Vaz de Lima

Brasília

2017

*Dedico este trabalho à minha mãe, Sandra
Caetano da Costa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado até aqui, sem deixar com que minha fé fosse abalada. A Ele, toda honra e toda glória sempre, em todos os momentos da vida. “Direi ao Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, minha fortaleza e Nele confiarei.” (Salmo 92,1)

À minha família pelo carinho e pela força que me deram durante todo esse tempo de graduação. Especialmente a minha mãe, Sandra Caetano da Costa, por estar sempre firme ao meu lado, me apoiando em todas as decisões na caminhada pela conquista deste sonho que é a Universidade de Brasília. E também meu pai, Francisco Rodrigues de Souza, por pleitear meus objetivos, sempre me ajudando a torna-los reais.

Aos meus colegas de Ciências Contábeis que foram parte importante nessa jornada de curso, mantendo continuamente a motivação dos estudos para sermos bons profissionais na área que escolhemos.

Agradeço de coração a minha orientadora professora Diana Vaz de Lima, por toda dedicação, paciência e confiança depositada a mim durante a elaboração deste trabalho. Ela é um verdadeiro ícone, pessoal e profissionalmente e grande motivadora de trabalhos de sucesso.

UMA BREVE TRAJETÓRIA DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NO BRASIL

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma breve trajetória das reformas previdenciárias no Brasil. Para tratar a questão da pesquisa, foram analisados os dispositivos legais e a revisão da literatura sobre as reformas previdenciárias brasileiras a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e também foram analisados os relatórios *Pensions at a Glance 2015: OECD and G20 indicators* e *Pensions at a Glance: Latin America and the Caribbean*. Os achados do estudo mostram que a maior parte dos países membros da União Europeia fez alterações em suas regras previdenciárias entre 2009 e 2015, movida principalmente pela busca de sustentabilidade a médio e longo prazos, em um contexto de transição demográfica, e que, de modo geral, as mudanças contemplaram o aumento gradual da idade de aposentadoria, chegando, em sua maioria, até o ano de 2050, aos 67 anos de idade, sem distinção entre homens e mulheres. Ao traçar uma linha temporal das reformas realizadas no Brasil, o estudo destacou 17 dispositivos legais, trazendo desde mudanças que aumentavam o valor das aposentadorias (Leis nº 8.212 e 8.213), passando por diversas outras Leis e Emendas Constitucionais (instituição do fator previdenciário, mudanças nos critérios de elegibilidade, entre outros), até culminar com a apresentação da PEC nº 287, alardeada como o mais abrangente e profundo conjunto de medidas de reformas da história recente da previdência social no Brasil.

Palavras-chaves: Experiência Brasileira; Experiência Internacional; Reformas; Previdência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO	8
2.1 A Previdência e o Estado do Bem-Estar Social	8
2.2 Breve Trajetória das Reformas Previdenciárias pelo Mundo	9
3 METODOLOGIA.....	12
4 TRAJETÓRIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.	13
4.1 Desenvolvimento Constitucional do Sistema Brasileiro de Previdência Social.....	13
4.2 Breve Trajetória das Reformas Previdenciárias no Brasil	14
4.3 A PEC 287: reforma das reformas?	18
4.4 Recentes Reformas Previdenciárias no Brasil: medidas paliativas?.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Quando se trata de aposentadoria e suas possíveis mudanças nos critérios de elegibilidade, Madrid (2000, p. 51-59) argumenta que as reformas previdenciárias são respostas a uma severa e também recente escassez de capital que afeta os países, e não a problemas financeiros enfrentados por alguns sistemas de pensão. Segundo o pesquisador, a força motriz para as reformas é a promessa de taxas de poupança mais altas no futuro, o que é necessário para o desenvolvimento sustentado.

Madrid (2002, p. 159-181) também afirma que a implementação de reformas produz perdas financeiras e políticas de curto prazo (resultantes da elevação dos gastos públicos e desequilíbrios fiscais), gerando benefícios (taxas de poupança mais altas) que se tornam politicamente tangíveis no longo prazo. Menciona, ainda, que a viabilidade política das reformas depende da força dos interesses associados ao trabalho organizado e do grau de controle do Presidente da República sobre o Legislativo.

Tafner, Botelho e Erbisti (2015, p. 13) apresentam que o problema das reformas previdenciárias é complexo, principalmente pela amplitude de seus impactos, ainda que de formas e intensidades diferentes. De acordo com os pesquisadores, a resultante de uma reforma previdenciária realizada adequadamente equaliza os ganhos e custos entre as gerações, aumenta a capacidade de crescimento da economia e, conseqüentemente, aumenta a riqueza e o bem estar de todos. Os autores ainda comentam que por equalizar custos e ganhos, as reformas da previdência são caracterizadas por seus custos serem percebidos quase que imediatamente, mas seus ganhos são diluídos no tempo.

Brooks e James (1999, p. 8) testaram a hipótese de que reformas são determinadas pelo tamanho da dívida previdenciária implícita. Para os pesquisadores, uma dívida previdenciária implícita alta é um forte indicativo de inclusão de reforma previdenciária na agenda de reformas e de uma pequena participação do setor privado no sistema pós-reforma. Em outras palavras, uma dívida previdenciária implícita alta ajudaria a inserir a reforma previdenciária na agenda política, mas, restringiria o grau de financiamento e de privatização que poderia ser alcançado.

Ao examinar as questões globais sobre as reformas de aposentadoria, Holzmann e Stiglitz (2001) comentam que em se tratando de formuladores de políticas, são as questões de políticas econômicas favoráveis que conduzem ao êxito de uma eventual reforma, destacando,

também, questões relativas à força de trabalho e efeitos distributivos dos sistemas reformados em relação à geração, ao grupo de renda e ao gênero.

De acordo com Afonso e Zylberstajn (2017, p. 4), a literatura empírica sobre reformas previdenciárias tem recebido muitas contribuições, motivadas, principalmente, pelas alterações que vários países fizeram em seus sistemas previdenciários. Para os pesquisadores, embora na América Latina as reformas tenham se iniciado na década de 1990, tiveram caráter mais estrutural, com a alteração de regimes de repartição para capitalização, contudo, tais reformas pouco alteraram os níveis de cobertura do sistema.

Na visão de Oliveira (1992, p. 5), a Seguridade Social, ao reunir em um só programa os conceitos de seguro social, saúde e assistência social, cria um problema de falta de entendimento por parte da sociedade em geral, principalmente no momento de discutir as reformas das políticas públicas da seguridade social.

No caso do Brasil, Lima, Viana e Gomes (2016, p. 2) comentam que com a promulgação da Constituição Federal em 1988 foi ampliada a proteção garantida sob o conceito da seguridade social, sendo os novos direitos consolidados na Lei Orgânica da Seguridade Social e no Plano de Custeio da Seguridade Social, que manteve a vinculação ao salário mínimo apenas para o piso dos benefícios (Emenda Constitucional nº 20, 1998). Ao citar Afonso (2003), os pesquisadores alertam que a preocupação da Constituição de 1988 em garantir o acesso de toda a população ao conjunto de direitos sociais gerou inequívocos ganhos de bem-estar, como no caso da população rural, mas contribuiu para agravar o desequilíbrio das contas previdenciárias.

Diante desse cenário, e depois de muitos esforços na busca da sustentabilidade das contas previdenciárias, o Governo brasileiro apresentou em dezembro de 2016 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287, que se apresentou, no entendimento de Afonso e Zylberstajn (2017, p. 8), como o mais abrangente e profundo conjunto de medidas da história recente da previdência social no Brasil.

Desta forma, considerando que em todo o mundo os Governos dos Países vêm realizando reformas em seus sistemas previdenciários, e que no Brasil as reformas no Sistema de Previdência Social vêm sendo incorporadas à agenda política do País (ARAÚJO, 2004), o presente estudo tem como objetivo apresentar uma breve trajetória das reformas previdenciárias pelo mundo e a experiência brasileira.

Para tratar a questão da pesquisa, foi analisado o relatório *Pensions at a Glance 2015: OECD and G20 indicators*, publicado pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OCDE), e o relatório *Pensions at a Glance: Latin America and the Caribbean*,

publicado em 2014 com a parceria da OCDE, da Inter-American Development Bank (IDB) e do Banco Mundial.

Para apresentar a experiência brasileira, o estudo fará uso de revisão bibliográfica e documental, analisando todas as mudanças de reformas incluídas na Carta Magna a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 até a proposta contida na PEC nº 287/2016, destacando as mudanças relacionadas aos critérios de elegibilidade instituídos.

Além desta introdução, o presente estudo encontra-se estruturado em quatro Seções. Na Seção 2, é apresentado o referencial teórico e normativo sobre o tema, contextualizando a Previdência no Estado do Bem-Estar Social e um breve histórico sobre a trajetória das reformas previdenciárias pelo mundo. A metodologia do estudo encontra-se na Seção 3. Na Seção 4, é apresentada a experiência brasileira. As considerações finais do estudo estão Seção 5, seguidas das referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO

2.1 A Previdência e o Estado do Bem-Estar Social

De acordo com Abreu (2016, p. 52), ao analisar as características do *Welfare State* pelo mundo, na literatura econômica e jurídica é usual a referência ao Estado do Bem-Estar que seja igual em todas as épocas e países. Keynes (1983, p.323) enfatiza a questão do Estado e seu poder protetivo, apontando que o seu objetivo principal é evitar dois grandes males característicos dos serviços econômicos: o desemprego e a inflação. Esping-Andersen (1990, p. 121) comenta que o aspecto mais importante do Estado de Bem-estar é o plano de aposentadoria procedido pela previdência social.

Para Silva e Mahar (1974, p. 5), é inegável que a previdência social seja um instrumento de política econômica, em razão de propiciar a manutenção da subsistência individual, complementação de renda familiar e a indução da poupança forçada, promovendo o crescimento econômico e a redistribuição de renda em nome do princípio da justiça social.

Esping-Andersen (2000, p. 52) apresenta que a ideia do capital do Estado de Bem-Estar reside em sua extensão de direitos sociais de cidadania, distinguindo-se de qualquer menu de prestações sociais oferecidos pelo Estado. Segundo Abreu (2016, p. 52), há sistemas de proteção social na quase totalidade dos países em desenvolvimento, embora ainda incipientes e pouco eficientes, se comparados àquelas vigentes na Europa e na América do Norte.

Abreu (2016, p. 54) também esclarece que no início pensou-se num modelo residual, no qual o Estado deveria atuar somente quando as instituições privadas falhassem. Isto é, no que as famílias, a igreja e o mercado não pudessem prover. Gradualmente, a ideia evoluiu para um modelo mais institucionalizado, em que caberia ao Estado cuidar do bem-estar de todos.

Segundo Souza (1999, p. 1-18), o desenvolvimento do *Welfare State* se deu a partir da grande depressão econômica do ano de 1930, depois da Segunda Guerra Mundial, associando tanto a necessidade de regulação da economia capitalista apresentada por Keynes, quanto o fenômeno geral de modernização com a formação dos estados nacionais.

De acordo com Mesa-Lago (2006, p. 17), o conceito de seguridade social só foi usado pela primeira vez em 1935 nos Estados Unidos e em 1938 na Nova Zelândia, mas só foi efetivamente desenvolvido a partir da publicação do relatório publicado em 1942 por William Beveridge, que transpôs a concepção inicial de seguro social para a concepção de seguridade social, passando a redefinir o papel o Estado de "regulador" para "provedor".

Registre-se que o *Welfare State* permitiu elevação da demanda por empregos, pois, devido ao fornecimento de educação pública e à possibilidade de aposentadoria, os trabalhadores ingressam no mercado mais velhos e saem dele mais jovens, em comparação aos tempos anteriores. Entretanto, essa não é a realidade brasileira, onde a necessidade de subsistência obriga a entrada precoce e a retirada tardia do trabalhador do mercado de trabalho (ABREU, 2016, p. 196).

2.2 Breve Trajetória das Reformas Previdenciárias pelo Mundo

De acordo com Afonso e Zylberstajn (2017, p. 4), sistemas previdenciários são contratos sociais complexos, de gerenciamento dos riscos ligados à capacidade de geração de renda, têm natureza intertemporal, mediados pelo governo, com diversas gerações sobrepostas e variadas dimensões de heterogeneidade.

Na visão de Barr e Diamond (2006), citados por Afonso e Zylbertajn (2017), essas características apontam que todo sistema previdenciário tem ao menos quatro objetivos: (i) funcionar como mecanismo de provisão de renda no período de inatividade; (ii) atuar como um instrumento de redistribuição, que pode ser inter ou intrageracional; (iii) operar como um mecanismo de seguro em relação aos riscos ligados à geração de renda e à longevidade; e (iv) permitir a redução da pobreza na velhice.

Costanzi (2016, p. 27) apresenta que o volume de reformas ao redor do mundo tem sido motivado principalmente pelo processo de envelhecimento populacional, derivado da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Segundo o pesquisador, apesar de o envelhecimento ser um fenômeno global, ele ocorre em velocidades distintas dependendo da região e do país: enquanto a Europa é uma das regiões mais envelhecidas atualmente, a América Latina ainda está em processo de envelhecimento, contudo, nesta última, esse fenômeno está acontecendo de forma acelerada, na metade do tempo do que ocorreu na Europa, reafirmando a necessidade das reformas previdenciárias.

Silva (2004, p. 16) destaca que em razão da chamada *crise fiscal do Estado*, a Europa e a América Latina têm sido palco de intensa polêmica e de medidas inovadoras em torno da reforma de seus sistemas de seguridade social, e o desequilíbrio das contas públicas vem constituindo o grande argumento em favor da redução das despesas previdenciárias.

Coelho (2003, p. 97) apresenta os países latino-americanos converteram seus sistemas previdenciários até o início de 2001, total ou parcialmente, em sistemas capitalizados. No caso da reforma previdenciária da Argentina, foi feita a passagem do sistema de repartição para o de capitalização, e parte da contribuição do trabalhador passou a ser dirigida aos

fundos de pensão privados. O Uruguai, por outro lado, preservou parcela significativa do sistema de repartição e introduziu a capitalização (sistema híbrido).

Relatórios elaborados pela OCDE apresentam que a maior parte de seus países membros fizeram alterações nas regras previdenciárias entre 2009 e 2015, muitas vezes movida pela busca de sustentabilidade a médio e longo prazos, em um contexto de transição demográfica (OCDE, 2011, 2013 e 2015). Para Costanzi (2016, p. 30-31), de modo geral, a maior parte das mudanças contemplou o aumento gradual da idade de aposentadoria, chegando, em sua maioria, até o ano de 2050, aos 67 anos de idade, sem distinção entre homens (H) e mulheres (M), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Reformas previdenciárias pelo mundo

País	Idade Mínima	País	Idade Mínima	País	Idade Mínima
Alemanha	67 anos, sem distinção H/M	Dinamarca	67 anos, sem distinção H/M	Itália	67 anos, sem distinção H/M
Austrália	67 anos, sem distinção H/M	Eslovênia	65 anos, sem distinção H/M	Jamaica	65 anos, sem distinção H/M
Áustria	65 anos, sem distinção H/M	Espanha	67 anos, sem distinção H/M	Japão	65 anos, sem distinção H/M
Barbados	67 anos, sem distinção H/M	Estados Unidos	67 anos, sem distinção H/M	Letônia	65 anos, sem distinção H/M
Bélgica	67 anos, sem distinção H/M	Estônia	65 anos, sem distinção H/M	Lituânia	65 anos, sem distinção H/M
Bulgária	65 anos H 63 anos M	França	67 anos, sem distinção H/M	Malásia	60 anos, sem distinção H/M
Canadá	67 anos, sem distinção H/M	Finlândia	68 anos, sem distinção H/M	Noruega	67 anos, sem distinção H/M
Checoslováquia	67 anos, sem distinção H/M	Grécia	67 anos, sem distinção H/M	Nova Zelândia	67 anos, sem distinção H/M
Chile	65 anos H 60 anos M	Holanda	67 anos, sem distinção H/M	Polônia	67 anos, sem distinção H/M
China	60 anos, sem distinção H/M	Hong Kong	65 anos, sem distinção H/M	Portugal	67 anos, sem distinção H/M
Colômbia	62 anos H 57 anos M	Hungria	65 anos, sem distinção H/M	Reino Unido	68 anos, sem distinção H/M
Coréia do Sul	65 anos, sem distinção H/M	Índia	60 anos, sem distinção H/M	Romênia	65 anos H 63 anos M
Croácia	67 anos, sem distinção H/M	Israel	70 anos, sem distinção H/M	Turquia	65 anos, sem distinção H/M
Cuba	65 anos H 60 anos M	Irlanda	67 anos H 68 anos M	Ucrânia	60 anos, sem distinção H/M

Fonte: OCDE (2015) e Allianz (2015)

De acordo com o Quadro 1, a idade mínima de aposentadoria varia de 60 anos (Cuba, Chile, China, Índia, Malásia e Ucrânia) a 67 anos (Alemanha, Austrália, Barbados, Bélgica, Canadá, Checoslováquia, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Itália, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal). De acordo com os relatórios analisados, poucos Países ainda fazem distinção entre homens e mulheres (Bulgária, Colômbia, Cuba, Irlanda, Romênia). No caso dos países como Áustria, Espanha, Portugal,

Grécia, entre outros, também são estabelecidos tempos mínimos de contribuição, que, em sua maioria, variam entre 15 e 40 anos de contribuição (OCDE, 2015; Allianz, 2015).

Lima, Lena e Gomes (2017) comentam que relatório elaborado pelo *Department of Economic and Social Affairs* da ONU mostra que a idade de aposentadoria para as trabalhadoras do sexo feminino era menor em 61 dentre 167 países com dados disponíveis, e que, em face disso, entre 2006 e 2014, muitos países aumentaram a idade de aposentadoria para mulheres, havendo, portanto, uma tendência mundial à equiparação da idade entre homens e mulheres para acesso aos benefícios previdenciários. As pesquisadoras alertam, contudo, tendo como base o relatório da ONU, que as mulheres e minorias étnicas ainda estão em clara desvantagem quando se analisa as diferenças salariais em vários países da América Latina.

3 METODOLOGIA

Considerando que a presente pesquisa tem como finalidade apresentar as reformas previdenciárias realizadas pelo mundo e a experiência brasileira, quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que consiste em relatar as características dos fenômenos, observar, registrar e ordenar dados sem manipulá-los, ou seja, sem neles interferir (PRODANOV E FREITAS, 2013, P.52).

Quanto à abordagem, o estudo é classificado como uma pesquisa qualitativa, pois, não produziu opiniões representativas e objetivamente mensuráveis, mas, sim, o aprofundamento da compreensão de um fenômeno (RICHARDSON, 1999, p. 102).

Quanto aos procedimentos utilizados, trata-se de uma revisão bibliográfica e documental com a aplicação da técnica da análise de conteúdo, que se constitui em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 2004).

Quanto ao proceder metodológico, foi feita uma leitura flutuante no relatório *Pensions at a Glance 2015: OECD and G20 indicators*, publicado pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OCDE), e no relatório *Pensions at a Glance: Latin America and the Caribbean*, publicado em 2014 com a parceria da OCDE, da Inter-American Development Bank (IDB) e do Banco Mundial, buscando apresentar uma breve trajetória das reformas previdenciárias realizadas pelo mundo. Nessa análise, as informações foram categorizadas pelo nome do País e a idade mínima que passou a ser exigida para concessão do benefício previdenciário segundo o sexo do segurado, conforme apresentado no Quadro 1.

Para apresentar a experiência brasileira, foi feita uma nova leitura flutuante a partir dos achados da literatura sobre o desenvolvimento constitucional do Sistema Brasileiro de Previdência Social, e, em seguida, identificados nos normativos brasileiros publicados a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que de alguma maneira promoveram alterações em relação ao disposto na Carta Magna, até a apresentação da PEC nº 287 em 2016, resultando em 17 dispositivos legais.

No tratamento dos dados e interpretação proposto por Bardin (1977), foi então traçada uma linha temporal para trazer a trajetória das reformas previdenciárias realizadas no Brasil a partir dos dispositivos legais identificados, apresentando em que medida esses dispositivos alteraram o disposto na Constituição Federal de 1988.

4 TRAJETÓRIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

4.1 Desenvolvimento Constitucional do Sistema Brasileiro de Previdência Social

Segundo Félix e Silva (2009), a formação do sistema previdenciário do Brasil foi idealizada muito antes da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. De acordo com os pesquisadores, em 1824, ainda no século XIX, a primeira Constituição brasileira traz em seus registros evidências que dariam início aos ideais relacionados à previdência social. O artigo 179 da Constituição de 1824 garantia aos cidadãos os chamados socorros públicos, dando abertura à concepção de seguridade social brasileira.

Para Nogueira (2012, p. 75-91), o desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro se encontra ligado de forma intrínseca aos principais eventos que marcaram a história do Brasil durante o século XX. Com o Decreto Legislativo nº 4.682, de 24/01/1923, foi publicada a Lei Eloy Chaves, considerada o marco zero na evolução do sistema previdenciário brasileiro.

Afonso (2003, p. 7) esclarece que a Lei Eloy Chaves instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) em cada empresa ferroviária, que asseguravam quatro tipos de benefícios: aposentadoria (normal e por invalidez), assistência médica aos assegurados e seus dependentes, medicamentos por preços mais acessíveis e pensão por morte. Em 1926, a Lei nº 5.109 ampliou o grupo de beneficiários da CAPs, inserindo os trabalhadores portuários e marítimos ao sistema de aposentadoria. Em 1928, com a publicação da Lei nº 5.845, outras classes de trabalhadores foram acrescentadas a CAPs, tornando telégrafos e radiotelegráficos beneficiários (MEIRELLES, 2009, P. 4).

Dezotti e Marta (2011, p. 441) esclarecem que, embora o sistema de aposentadoria estivesse evoluindo, só em 1934 a Constituição Federal trouxe pela primeira vez a expressão “previdência”, não sendo adjetivada ainda como “social”. Já as Constituições Federais de 1937 e 1946, não trouxeram grandes inovações quanto às regras aplicáveis ao sistema previdenciário brasileiro, mas, foi nesta última que o termo “seguro social” foi substituído, pela primeira vez em termos constitucionais pelo termo “previdência social”.

Nolasco (2016) ressalta na Constituição Federal de 1967, avanços importantes na consolidação das leis da Previdência Social Brasileira, apontando a instituição do seguro desemprego e a publicação do Decreto nº 89.312 de 23/01/1984. Este decreto destacava que a previdência social urbana tinha por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente,

bem como serviços que visam à proteção da sua saúde e concorrem para o seu bem-estar (Título I, capítulo único, decreto nº 89.312).

Em 1988, a nova Constituição Federal trouxe em seu art. 201 que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Apesar da legitimidade atribuída ao processo que levou à promulgação da Carta Magna, o próprio texto Constitucional previu em seu art. 3º das disposições transitórias um período de revisão para acontecer cinco anos após sua promulgação, ao longo dos quais várias questões previdenciárias poderiam ser modificadas por maioria simples.

Para deliberar sobre o assunto, na ocasião foi criada uma comissão especial, cujas sugestões ecoaram várias gestões seguintes, esboçando ampla gama de propostas de reformas para várias áreas, inclusive a seguridade social (RANGEL et AL, 2008).

Desde então, propostas de reformas no Sistema Brasileiro de Previdência Social vêm sendo incorporadas à agenda política do País, trazendo como desafio a extensão da cobertura para aqueles que, por falta de trabalho, insuficiência de renda ou impossibilidade de contribuição, encontra-se fora do sistema (ARAÚJO, 2004). Algumas, na visão de Figueiredo e Limongi (1998), têm sido “politicamente inviáveis”, porque impõem perdas certas e imediatas a grupos de eleitores, em troca de ganhos difusos e incertos no futuro.

4.2 Breve Trajetória das Reformas Previdenciárias no Brasil

Santos (2014, p.1-18) preconiza que as reformas constitucionais da previdência social brasileira introduzidas a partir dos anos de 1990 é uma confirmação da constante preocupação que os governos nacionais e subnacionais têm em equilibrar as contas públicas, visando tornar o sistema público da previdência auto sustentável, garantindo assim mais recursos para investimentos no país.

Em seu entendimento, as reformas tiveram início com a aprovação da Lei nºs: 8.212 e 8.213, de 1991, e com EC nº 3, de 1993, se estendendo com a entrada em vigor da Lei de nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e da EC nº 20, de 1998, dando sequência com a promulgação da EC nº 41, 2003, da Lei Federal nº 10.887, de 2004, e da EC nº 47, de 2005 (SANTOS, 2014).

Porto e Caetano (2015, p. 138) ampliam o quadro de reformas previdenciárias brasileiras com três novas leis: Lei nº 8.688, em 1993, que alterou o custeio das aposentadorias dos servidores públicos, da Lei nº 9.630, de 1998, que instaurou mudanças nas

alíquotas de desconto sobre os benefícios dos servidores e por último, e da Lei nº 13.183, de 2015, que trata da não incidência do fator previdenciário e pensões por morte.

Além das reformas já mencionadas, Sousa (2002) acrescenta a Lei nº 9.032, de 1995, e a Lei Complementar nº 84, de 1996, que dispõe sobre o salário mínimo relacionado à previdência e o custeio da seguridade social, respectivamente. Lima (2013) ainda destaca a Lei nº 9.876, publicada em 1999, que altera a base de cálculo dos benefícios da aposentadoria.

Para Oliva (2013, p. 4), além das mudanças apontadas por Santos (2009), destaca-se a EC 70/2012, que trouxe mudanças nos cálculos dos proventos da aposentadoria. Na visão de Gueller (2016), seis reformas foram feitas desde então: EC 3/1993, EC 20/1998, EC 41/2003, EC 47/2005, EC 70/2012 e EC 88/2015, incluindo mudanças na forma de custeio das aposentadorias e alterando a idade do servidor.

Assim, considerando o posicionamento da literatura, a trajetória das reformas previdenciárias realizadas no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 estão sintetizadas no Gráfico 1.

Gráfico 1- Linha temporal das reformas previdenciárias no Brasil a partir da CF de 1988

1988	...	1991	...	1993	...	1995	...	1996
CF de 1988		Lei 8.212 e Lei 8.213		EC nº 3 e Lei 8.688		Lei 9.032		LC nº 84
1998	...	1999	...	2003	2004	...	2005
EC nº 20, Lei 9.630 e Lei nº 9.717		Lei 9.876		EC nº 41		Lei 10.887		EC nº 47
2012	...	2015	...	2017				
EC nº 70		EC nº 88 e Lei 13.183		PEC nº 287				

Fonte: elaboração própria a partir dos conceitos pesquisados.

As Leis nº 8.212 e 8.213, publicadas em 2001 no Governo Collor, basicamente sancionou mudanças que aumentavam o valor das aposentadorias. As leis também

regulamentaram uma regra prevista na Constituição de 1988: nenhum benefício pode ser menor que o salário mínimo.

A Emenda Constitucional nº 3, promulgada em 1993, instituiu contribuição da União e dos seus servidores para o custeio de suas aposentadorias e pensões (Gueller, 2016). No mesmo ano, a Lei nº 8.688 ordenou sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade do servidor público civil dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas. De acordo com Porto e Caetano (2015, p. 139), com a edição da Lei nº 8.688/1993 o custeio das aposentadorias dos servidores federais deixou de ser responsabilidade integral do Tesouro Nacional.

A Lei nº 9.032/1995 trouxe o novo valor do salário mínimo, trazendo conceitos e critérios de avaliação baseados técnica e cientificamente adaptados (SOUSA, 2002). Em 1996, no Governo FHC, com o intuito de redimensionar as fontes de custeio da seguridade social, foi promulgada a Lei Complementar nº 84 (SILVA, 2011, p. 7).

Em 1998, foram promulgadas a EC nº 20 e a Lei 9.717, no Governo FHC. Segundo Barbosa (2013, p. 3), enquanto a primeira teve como objetivo aumentar o tempo de contribuição, a Lei nº 9.717 dispôs sobre regras gerais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS), dando um caráter de seguro social e não de seguridade.

Para Salvador (2005, p. 7), a EC 20 teve um grande salto nos critérios de elegibilidade - como a troca de critério de tempo de serviço de contribuição; as regras de transição para a concessão de aposentadoria proporcional e o retardamento para a aposentadoria por tempo de contribuição; a adoção do fator previdenciário e o estabelecimento de um teto nominal para os benefícios, trazendo implicações para o mercado de trabalho.

Ainda em 1998, foi publicada a Lei nº 9.630, que dispôs sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social, instituindo o desconto no percentual de 11% para os servidores ativos dos regimes próprios de previdência social (PORTO E CAETANO, 2015, p. 139).

Em 1999, foi publicada a Lei Complementar nº 9.876, trazendo alterações na base de cálculo dos benefícios e instituindo o fator previdenciário no RGPS. Segundo Lima (2013, p. 10-11), além de incluir os critérios de elegibilidade a idade e a expectativa de sobrevida do segurado no momento da aposentadoria, essa Lei Complementar instituiu a contribuição previdenciária do contribuinte individual e alterou dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213. O fator previdenciário é aplicado pelo INSS na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição (ATC) e na aposentadoria por idade, só entrando no cálculo do segundo se

aumentar o seu valor, que estão entre os benefícios de prestação continuada e também é uma espécie de pedágio, que reduz o benefício do segurado que antecipa seu pedido de aposentadoria. A expectativa era que a sua introdução reduzisse o pagamento de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, desestimulando as aposentadorias precoces. (LIMA, WILBERT, PEREIRA E PAULO, 2012, p. 5-7).

Para Matos, Melo e Simonassi (2013, p.306), a Emenda Constitucional nº 20/1998 e a Lei Complementar nº 9.876/1999 foram aprovadas com intuito de controlar o desenvolvimento das necessidades de financiamento do sistema e imprimir ações inibidoras à concessão de benefícios sem a devida fonte de custeio e às aposentadorias precoces, na tentativa de reverter o processo de expansão do déficit.

A EC nº 41/2003, promulgada no Governo Lula, visou o equilíbrio das contas previdenciárias, mas, segundo Giambiagi et al (2007), essa medida também se revelou insuficiente frente aos crescentes desequilíbrios. Para Giambiagi e Tafner (2010), a EC 41º afetou mais significativamente os futuros aposentados do serviço público, sem grande efeito para quem se aposenta pelo INSS, com exceção da elevação do teto.

Em 2004, a Lei 10.887 foi promulgada estabelecendo mudanças nas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº41/2003, alterando principalmente os cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores (art 1º, da Lei 10.887 – Constituição Federal de 1988).

A promulgação da Emenda Constitucional nº 47, em 2005, foi vista como uma reforma paralela à EC nº 41, pois, alterou alguns pontos referentes às condições de exigibilidade para as aposentadorias, tratando em sua maioria das regras previdenciárias dos funcionários públicos, igualando a contribuição dos inativos para todas as esferas de governo. (GIAMBIAGI e AFONSO, 2015, p. 115).

Em 2012, a Emenda Constitucional nº 70 acrescentou o art 6º-A à EC nº 41, de 2003, com o propósito de estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da promulgação daquela Emenda Constitucional (BARBOSA, 2013, p.4). Além disso, segundo o pesquisador, os proventos de aposentadoria por invalidez concedidos a partir de 1 de janeiro de 2004 passaram a ser recalculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em quem se deu a aposentadoria.

A Emenda Constitucional nº 88, publicada em 2015 e conhecida como a PEC da Bengala, tinha como objetivo aumentar a idade limite para a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos. De acordo com Souza Neto (2015, p. 1), a nova regra mantinha a aposentadoria compulsória no patamar dos 70 anos de idade, mas permitia sua elevação até aos 75 anos na

“forma da lei complementar”, se criada situações e especificidades a respeito do aumento de idade.

Em 4 de novembro de 2015, também foi instituída a Lei nº 13.183, que estabeleceu a regra de não incidência do fator previdenciário e regras de pensão por morte, e trouxe a fórmula 85/95, combinando a soma da idade com o tempo de contribuição para concessão do benefício previdenciário (CASTRO, 2016).

Em dezembro de 2016, alardeada como o mais abrangente e profundo conjunto de medidas de reformas da história recente da previdência social no Brasil, foi apresentada a PEC nº 287 (AFONSO, ZYLBERSTAJN, 2017, p. 8).

4.3 A PEC 287: reforma das reformas?

O Governo Federal do Brasil apresentou em 2016 a Proposta de Emenda Constitucional nº 287, a PEC da Reforma da Previdência. Zylberstajn, Oliva e Afonso (2017, p. 8) afirmam que a apresentação da PEC Original 287 representa um passo essencial em direção ao equilíbrio fiscal brasileiro, e que a reforma da previdência é extremamente arrojada, pois alterará de forma expressiva vários aspectos do sistema de aposentadoria de uma só vez.

Dentre as várias mudanças que foram sugeridas está a introdução de idade mínima de aposentadoria, passando a ser de 65 anos de idade para ambos os sexos. A PEC Original ainda prevê em seu texto que a idade mínima da aposentadoria pode sofrer alterações a depender da expectativa de vida do trabalhador brasileiro. É oportuno mencionar que a PEC 287 é direcionada para os setores público e privado, além dos trabalhadores rurais.

Pela proposta original, os servidores públicos inclusos no Sistema Previdenciário Brasileiro obterão o benefício da aposentadoria caso tenham a idade mínima exigida, além de 25 anos de contribuição, que culminam em no mínimo 10 anos de efetividade no exercício público e cinco anos no cargo efetivo, quando solicitada a aposentadoria e compulsoriamente aos 65 anos de idade.

No setor privado, o tempo de contribuição é maior, sendo 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, extinguindo a fórmula 85/95 vigente na legislação, sendo que no caso dos trabalhadores rurais, esse tempo de contribuição é reduzido em cinco anos para ambos os sexos.

A proposta original também traz que o trabalhador rural está limitado ao benefício de um salário mínimo, e que a redução do tempo de contribuição e da idade na aposentadoria está condicionada à comprovação de cento e oitenta meses de tempo de atividade rural

cumpridos no período anterior a solicitação do benefício. Outra alteração importante é a contribuição obrigatória para a Previdência Social, uma vez que na legislação atual é facultativa a colaboração do trabalhador rural ao INSS.

O texto da PEC 287 também prevê regra de transição para os segurados do regime próprio, para mulheres com idade a cima de 45 anos e para homens com idade superior a 50 anos. No caso específico destes trabalhadores, a aposentadoria poderá ser concedida se cumpridos um período adicional de contribuição equivalente a 50% do tempo que faltaria para atingir o prazo subsidiário necessário.

A PEC 287 também prevê mudanças na concessão do benefício de pensão por morte, que passa a ficar sujeito a cálculos sobre a totalidade dos proventos do servidor falecido, sendo o valor equivalente a uma cota familiar de 50% da renda. Este percentual pode ser acrescido em 10% para cada dependente, chegando a 100% quando o número de dependentes for igual ou superior a cinco. O tempo de duração da pensão por morte e das cotas por dependentes será estabelecido na forma prevista no RGPS.

Zylberstajn, Oliva e Afonso (2017, p. 10) concluem que a reforma sugerida pela PEC 287 respeita os direitos adquiridos, mas altera os valores e as datas de início de benefícios futuros. Na visão dos pesquisadores, a reforma produzirá apenas efeitos marginais no fluxo de dispêndios futuros, sem grandes impactos imediatos, porém, no longo prazo, promoverá uma importante redução na taxa de crescimento do gasto previdenciário.

4.4 Recentes Reformas Previdenciárias no Brasil: medidas paliativas?

Recente documentário efetuado pela Câmara dos Deputados sobre a discussão da reforma previdenciária no Brasil mostrou a visão de diversos especialistas, que consideram que as mudanças feitas até recentemente se apresentaram apenas como medidas paliativas (CÂMARA, 2017).

De acordo com Matias-Pereira, os presidentes Brasileiros, em sua totalidade, fizeram reformas previdenciárias, ou pelo menos, remendas na Constituição Previdenciária. Segundo o pesquisador, essas reformas foram paliativas, pois não resolveram o problema das contas da Previdência Social no Brasil, e que com a PEC 287, espera-se que a reforma possa perdurar de 15 a 30 anos, sem que tenha a necessidade de voltar a discutir questões sobre previdência (CÂMARA, 2017).

Para Lima (CÂMARA, 2017), os governos não podem ficar mudando os critérios de elegibilidade da previdência a cada vez que as contas não fecharem. E que, apesar de o regime de seguridade social ser solidário, existe um contrato social dos trabalhadores com o governo.

Logo, a expectativa dos trabalhadores não pode frustrada a cada vez que as contas previdenciárias não fecharem ou apresentarem déficit.

No entendimento de Rolim (CÂMARA, 2017), a idade mínima para a aposentadoria já existe, entretanto, não é obrigatória. O pesquisador alerta que, na prática, a idade mínima de aposentadoria de 65 anos é cumprida apenas pelos trabalhadores de baixa renda, e que os servidores públicos levam vantagem por se aposentarem mais cedo, aos 60 anos de idade (homem) e 55 anos de idade (mulheres).

Ao tratar da PEC 287, Caetano argumenta que não há tempo para uma transição mais suave, pois, a população está envelhecendo cada vez mais rápido e que medidas precisam ser tomadas para a resolução do problema previdenciário brasileiro. Exemplifica que a geração atual está na faixa de 40 anos de idade, com poucos filhos, e quando vier a se aposentar terá pouca gente para sustentar o sistema de previdência, tornando ainda mais deficitárias as contas previdenciárias (CÂMARA, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma breve trajetória das reformas previdenciárias no Brasil. Para tratar a questão da pesquisa, foram analisados os dispositivos legais e a revisão da literatura sobre as reformas previdenciárias brasileiras a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e também foram analisados os relatórios *Pensions at a Glance 2015: OECD and G20 indicators* e *Pensions at a Glance: Latin America and the Caribbean*.

A revisão da literatura apontou que a previdência social é um instrumento de política econômica, em razão de propiciar a manutenção da subsistência individual, complementação de renda familiar e a indução da poupança forçada, promovendo o crescimento econômico e a redistribuição de renda em nome do princípio da justiça social. E que, no caso do Brasil, o *Welfare State* permitiu elevação da demanda por empregos.

Ao apresentar uma breve trajetória das reformas previdenciárias pelo mundo, o estudo mostrou que a maior parte dos países membros da União Europeia fez alterações nas regras previdenciárias entre 2009 e 2015, muitas vezes movidos pela busca de sustentabilidade a médio e longo prazos, em um contexto de transição demográfica, e que, de modo geral, a maior das mudanças contemplou o aumento gradual da idade de aposentadoria, chegando, em sua maioria, até o ano de 2050, aos 67 anos de idade, sem distinção entre homens e mulheres.

Ao tratar da trajetória das reformas previdenciárias ocorridas no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o estudo destacou 17 dispositivos legais, e apresentou uma linha temporal que teve início com a publicação, em 1991, das Leis nº 8.212 e 8.213, passando por diversas outras Leis e Emendas Constitucionais, até culminar com a apresentação da PEC nº 287, alardeada como o mais abrangente e profundo conjunto de medidas de reformas da história recente da previdência social no Brasil.

Na visão dos especialistas analisados neste estudo, as reformas previdenciárias efetuadas no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 se apresentaram apenas como medidas paliativas, e que se deve considerar que existe um contrato social dos trabalhadores com o Governo, cuja expectativa não pode ser frustrada a cada vez que a conta não fechar.

Para futuras pesquisas, recomenda-se o estudo de novos regimes de financiamento, visando o equilíbrio das contas, usando a teoria aplicada aos fundos. É indispensável que o Governo Brasileiro reforme o Sistema de Previdência Social, buscando estabilidade nos contratos sociais feitos com a população, e assegurando o direito dos antigos e novos beneficiários do sistema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dimitri Brandi de – **A Previdência Social como instrumento de intervenção do Estado Brasileiro na economia** –Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2016.

AFONSO, Luís Eduardo. **Um Estudo dos Aspectos Distributivos da Previdência Social no Brasil**. São Paulo: USP, 2003. 124 f. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003

AFONSO, Luis Eduardo; ZYLBERSTAJN, Hélio – **Uma Avaliação dos Impactos Distributivos da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 Sobre os Benefícios Programáveis de Aposentadoria do RGPS** – São Paulo, 2017.

ARAÚJO, Odília Sousa de. **A Reforma Da Previdência Social Brasileira No Contexto Das Reformas Do Estado, 1988 a 1998**. EDUFRN, Editora da UFRN, 2004.

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. **Seguridade social**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006.

BARR, Nicholas; DIAMOND, Peter. **Reforming pensions: Lessons from economic theory and some policy directions**. Economía, v. 11, 2010.

BARR, Nicholas; DIAMOND, Peter - **The economics of pensions**. Oxford Review of Economic Policy. v 22. 2006

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARBOSA, Valfran Andrade. **Previdência Social brasileira: breve relato da origem e Principais mudanças ocorridas nos últimos anos**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2016). **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287**. Brasília. **SUBSTITUTIVO PEC 287-2016- APROVADO COMISSÃO ESPECIAL**.

BROOKS, Sarah e JAMES, Estelle. (1999), **The Political Economy of Pension Reform**. Trabalho apresentado no World Bank-HIID Workshop on Pension Systems in Crisis: Challenges and Options for Reform. Washington, D.C., 19-30 de junho.

CASTRO, Ecivaldo Barreto de. **A regra 85/95 requer idade mínima para se aposentar?**. Rio Grande, XIX, n. 145, fev 2016.

COELHO, Vera Schattan P. - Poder executivo e reforma da previdência na América Latina. **A reforma da previdência Social na América Latina**, 2003.

COSTANZI Rogério Nagamine - **O Fim do Fator Previdenciário e a Introdução da Idade Mínima: questões para a previdência social no Brasil**. São Paulo, Fevereiro, 2016.

DEZOTTI, Débora Fernandes; MARTA, - **HISTÓRICOS DA SEGURIDADE SOCIAL** Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília: Escola de Direito, v. 5, n. 2, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. (2000), **The three worlds of Welfare Capitalism**, Cambridge, Polity.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

FÉLIX, Claudia Lima; SILVA, Lino Martins da. - **Regime Próprio de Previdência e Assistência Social: Uma Análise do Grau de Conhecimento que o Servidor Público do Município do Rio de Janeiro Detém em Relação às Informações Gerenciais do Regime Previdenciário Municipal**. Pensar Contábil, v. 11, n. 44, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. (1998), **Reforma da previdência e instituições políticas**. Novos Estudos, n.º51, pp. 63-90

GIAMBIAGI, Fábio et al – **Impacto de reformas paramétricas na Previdência Social Brasileira: simulações alternativas**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2007 (Texto para Discussão, 1.289)

GIAMBIAGI, Fabio; AFONSO, Luís Eduardo. **Cálculo da alíquota de contribuição previdenciária atuarialmente equilibrada: uma aplicação ao caso brasileiro**. Revista Brasileira de Economia, v. 63, n. 2, p. 153–179, jun. 2009.

GIAMBIAGI, Fábio, TAFNER, Paulo. **Demografia: a ameaça invisível**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIAMBIAGI, F., ZYLBERSTAJN, H., AFONSO, L., SOUZA, A. e ZYLBERSTAJN, E. **Impacto de Reformas Paramétricas Na Previdência Social Brasileira: Simulações Alternativas**. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, 37, 175-219, 2007.

HOLZMANN, R.; STIGLITZ, J. (Eds.). **New ideas about social security: towards sustainable pension system**. Washington, D.C.: World Bank, 2001

JORGE, Tarsis Nametala Sarlo. **Teoria Geral do Direito Previdenciário e Questões controvertidas do Regimen Geral (INSS), do Regime dos Servidores Públicos e dos Crimes Previdenciários**. Rio de Janeiro: Lume Juris, 2005

LIMA, Diana Vaz de. **A dinâmica demográfica e a sustentabilidade do modelo de financiamento do regime geral de previdência social**. Brasília, 2013.

LIMA, Diana Vaz de; LENA, Nadine Giulia; GOMES, Marília, Miranda Forte. **Uma Discussão sobre a Equiparação da Idade de Aposentadoria da Mulher e seus Efeitos nas Receitas e Despesas do RGPS** – Universidade de Brasília - Brasília, 2017

LIMA, DIANA VAZ DE; VIANA, THIAGO BELTRÃO; GOMES, MARÍLIA MIRANDA FORTE. **Impacto das Recentes Reformas Previdenciárias nas Receitas e Despesas do RGPS: Sanção da Fórmula 85/95 Progressiva**, Brasília, 2017.

LIMA, D. V., WILBERT, M. D., PEREIRA, J. M., e PAULO, E. (2012). **O Impacto do Fator Previdenciário nos Grandes Números da Previdência Social***/The Effect of the Welfare Factor on Large Social Welfare Numbers. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(59), 128

KALACHE, Alexandre. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.217-220, 1987.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro: inflação e deflação**. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MADRID, Raul. . (2000), **“Explaining the Wave of Pension Reforms around the World”**. *International Social Science Journal*, nº 163, pp. 51-59.

. (2002), **“The Politics and Economics of Pension Privatization in Latin America”**. *Latin American Research Review*, vol. 37, nº 2, pp. 159-182.

MATOS, Paulo Rogério Faustino; MELO, Fabíola de Souza Pinto; SIMONASSI, Andrei Gomes. **Análise de solvência do regime geral da previdência social no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 43, n. 2, p. 301-333, 2013.

MEIRELLES, MARCOS ANTONIO. **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SEGURIDADE SOCIAL – ASPECTOS HISTÓRICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL** – São Paulo- Artigo Elaborado em 21/11/2009

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social**. / Carmelo Mesa-Lago; tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. - Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006

NOGUEIRA, Naron Gutierrez. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de Estado**. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v. 81, n. 4, p. 75-91, 2012

NOLASCO, Lincoln. **Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012.

OLIVA, Margarete Souto. **Trabalho e previdência social**. 2013

OLIVEIRA, Francisco E. B. de. **Proposta de um referencial básico para a discussão da seguridade social**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

OECD. (2015). **Pensions at a Glance 2015: OECD and G20 indicators**. Paris: OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/pension_glance-2015-en.

OECD/IDB/TheWorld Bank. (2014). *Pensions at a Glance: Latin America and the Caribbean*. Paris

_ United Nations. **World Economic and Social Survey 2007: Development in an Ageing World**. New York: United Nations, 2007. 212 p. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/2007wess.pdf>.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Para além da fábula "A Cigarra e a Formiga": elementos explicativos das decisões intertemporais em relação à aposentadoria**. 2016. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016-

PORTO, Valerio; CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS: UM REGIME SUTENTÁVEL**. 2015

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

QUEIROZ, Bernardo Lanza; FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno. **The Social Protection System for the Elderly in Brasil**. In: **Annual Meeting of the Population Association of America**, 2011.

RANGEL, Leonardo Alves et al. **Conquistas, desafios e perspectivas da previdência social no Brasil vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988**. In **Políticas sociais: acompanhamento e análise** Rio de Janeiro IPEA, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Métodos quantitativos e qualitativos. Pesquisa social: métodos e técnicas**, v. 3, p. 70-89, 1999..

ROCHA, Roberto de Rezende; CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **O sistema previdenciário brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada**. 2008.

SALVADOR, Evilásio. **Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho. Serviço Social e Sociedade**, p. 7-39, 2005.

SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos. **A previdência social no Brasil: 1923-2009: uma visão econômica**. AGE Editora, 2009.

SANTOS, Heliomar. **“As reformas da previdência no Brasil e o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social (RPPS), dos Entes federados estaduais da região Sudeste**. 2014, Rio de Janeiro

SILVA, Fernando Antonio Rezende; MAHAR, Dennis J. **Saúde e previdência social: uma análise econômica**. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas, São Paulo, 1974.

SILVA, Ademir Alves da. **A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado**. São Paulo em perspectiva. São Paulo, 2004.

SILVA, Diego Almeida da. **Das contribuições para o custeio da seguridade social previstas na Constituição Federal: Uma análise dos seus principais aspectos**. Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011.

SOUSA, Jorceli Pereira de (Coord.). **80 anos de Previdência Social: a história da Previdência Social no Brasil – um levantamento bibliográfico documental e iconográfico**. Brasília: MPAS, 2002.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do Welfare State para o caso dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA NETO, Gentil Ferreira de. **PEC da Bengala: EC nº 88/2015 e a lei complementar a ser editada**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4345, 25 maio 2015.

TAFNER Paulo, BOTELHO Carolina e ERBISTI Rafael. **REFORMA DA PREVIDÊNCIA - A VISITA DA VELHA SENHORA** – Editora Gestão Brasil – Brasília 2015

TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio. **Previdência social: Uma agenda de reformas. Brasil: A nova agenda social**, 2010

ZYLBERSTAJN, Hélio, OLIVA, Bruno, AFONSO, Luis Eduardo. **Previdência: Reforma em três atos**. Temas de Economia Aplicada. – Janeiro, 2017.

WORLD BANK. *Becoming Old in an Older Brazil: implications of population aging on growth, poverty, public finance and service delivery*. Human Development Department Latin America and the Caribbean Region. Document of de World Bank, April, 2011, 204 fls.

SITES PESQUISADOS

<http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/5-paises-que-passaram-por-reformas-rigidas-na-previdencia/>

<http://economia.ig.com.br/2017-04-19/reforma-previdencia.html>

<http://economia.estadao.com.br/blogs/o-seguro-morreu-de-velho/brasil-ja-fez-seis-reformas-nas-regras-da-previdencia/>

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEMESPECIAL/533134-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-IDADE-MINIMA,-TEMPO-DE-CONTRIBUICAO,-REGRAS-DE-TRANSICAO-BLOCO-1.html>